

Setúbal sugere consenso para enfrentar a crise

Porto Alegre — Diante de cerca de 250 empresários reunidos em almoço na Associação Comercial de Porto Alegre, o diretor-presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, defendeu um programa de consenso para salvar o país da crise e afirmou: “Estamos num impasse por falta de capacidade de negociação política.” Segundo ele, o Presidente Figueiredo soube conduzir o país à democracia mas “tem dificuldade em enfrentar o jogo político”.

Participante, no final de setembro, de uma reunião do Fundo Monetário Internacional em Washington, Setúbal disse que saiu de lá convencido de que há uma preocupação generalizada com a situação brasileira. Acrescentou: “Eles não financiarão o Brasil se não houver um entendimento interno, com um programa aceito pela sociedade brasileira através de um pacto político.”

Acordo urgente

Convicto de que há necessidade de um acordo urgente entre o Brasil e seus credores, por entender que o impasse financeiro “é questão de dias” e que deve ser evitada a inadimplência desorganizada, Olavo Setúbal é de opinião que o país tem que ser pragmático na busca de soluções para enfrentar a realidade econômica mesmo que as medidas, como as previstas no Decreto-Lei 2 064, sejam traumáticas: “Numa crise nacional, o único programa é o de vencer a crise.”

Para Olavo Setúbal, o Brasil enfrenta uma situação financeira dramática pela falta de reservas líquidas e, se não houver uma negociação em torno da política salarial, se chegará a um impasse. Explicou que se não houver um acordo que facilite as negociações com o FMI, os bancos internacionais terão que contabilizar os prejuízos nos seus balanços e se tornarão “mais duros” nas negociações. Ele lembrou que “é uma ilusão pensar que se pode negociar Governo a Governo” porque, na realidade, os países credores são apenas sedes dos bancos

onde os depósitos são feitos e estes depósitos não são regulados por governos.

Setúbal acha que o Brasil deve fazer um acordo a curto prazo para depois conseguir condições melhores, a longo prazo, tendo como premissa que é um país pobre e que não pode exportar capitais. Destacou que uma das causas da crise é o Brasil não ter um modelo exportador. Salientou ainda que o país só conseguirá credibilidade com “base política” e que os credores “exigem apoio do Congresso” para as medidas tomadas.

Conciliação

Olavo Setúbal afirmou que para superar a crise é preciso aprender a conviver com ela e caminhar na direção “da conciliação dos brasileiros em torno de um projeto legítimo em termos políticos, viável em termos de adequação à capacidade de geração de recursos do país e tecnicamente competente, formulado por uma equipe respeitada interna e externamente”.

Observou também que a participação efetiva não é só um direito mas “uma difícil obrigação”, pois a concepção pluralista de um Brasil democratizado “não se cumpre apenas pela retórica da abertura”. Criticando a falta de alternativas a curto prazo e a ausência total de objetivos a médio e longo prazos, ele defendeu um amplo debate nacional sobre os meios para a reordenação da economia interna como condição básica para a renegociação com os credores.

Favorável à desdolarização, ele sugeriu a criação de um mecanismo para que as empresas governamentais e particulares com dificuldades de caixa façam o depósito com o produto de títulos de crédito emitidos em cruzeiro, a juros e prazos convenientes. Pela sua proposta, o Banco Central arcaria com a diferença de custo entre o que teria que pagar aos banqueiros internacionais e os valores cobrados das firmas nacionais.